



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos

Vanessa Ribeiro Guimarães Silva

**POTENCIALIDADES DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: a educação social e o
protagonismo do educador social**

Diamantina

2024

Vanessa Ribeiro Guimarães Silva

**POTENCIALIDADES DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: a educação social e o
protagonismo do educador social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos exigidos para a obtenção título de Especialista em Educação em Direitos Humanos, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Orientadora: Me. Ana Carolina Souza Silva

Diamantina

2024

Catálogo na fonte – Sisbi/UFVJM

R484p 2024	RIBEIRO, VANESSA GUIMARÃES SILVA POTENCIALIDADES DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL [manuscrito] : a educação social e o protagonismo do educador social / Vanessa Ribeiro Guimarães Silva. – Diamantina, 2024. 25 p. Orientadora: Prof.^a Ana Carolina Souza Silva. Monografia (Especialização em Educação em Direitos Humanos) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos, Diamantina, 2024. 1. Direito coletivo. 2. Educação profissionalizante. 3. Desenvolvimento social. I. Silva, Ana Carolina Souza. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.
---------------	--

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da
UFVJM

com os dados fornecidos pela autora.

Este produto é resultado do trabalho conjunto entre o bibliotecário Rodrigo

Martins Cruz/CRB6-

2886

e a equipe do setor Portal/Diretoria de Comunicação Social da UFVJM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

VANESSA RIBEIRO GUIMARÃES SILVA

***POTENCIALIDADES DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: a educação social e o protagonismo
do educador social***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como parte dos requisitos exigidos para a
obtenção título de Especialista em Educação em
Direitos Humanos, na Universidade Federal dos
Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Orientadora: Me. Ana Carolina Souza Silva

Data de aprovação: 05/11/2024

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA CAROLINA SOUZA SILVA
Data: 05/11/2024 14:09:14-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Me. Ana Carolina Souza Silva

Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos - UFVJM - Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br ADRIANE DOS PRAZERES VIEIRA
Data: 05/11/2024 17:50:05-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Me. Adriane dos Prazeres Vieira

Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos - UFVJM

ELIZEU DE CASTRO
PEREIRA:94475490634

Assinado de forma digital por ELIZEU
DE CASTRO PEREIRA-94475490634
Dados: 2024.11.06 09:40:04 -03'00'

Me. Elizeu de Castro Pereira
Pró-reitoria de Gestão de Pessoas - UFVJM

Diamantina

Referência: Processo nº 23086.013818/2021-28

SEI nº 1588326

RESUMO

O objetivo do trabalho foi apresentar as potencialidades da educação não formal, bem como sua trajetória no Brasil e a construção analógica profissional do Educador Social. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica qualitativa, com análises de estudos teóricos através de livros, artigos acadêmicos de bases de dados científicos. Os resultados demonstram que a educação não formal é eficaz na promoção da inclusão social e no fortalecimento de habilidades socioemocionais. São ainda demonstradas as caracterizações da educação não formal, assim como a formação profissional do educador social, as dificuldades e os desafios encontrados pelos usuários para adesão dessa modalidade educacional, relacionadas às instituições não formais. Essa modalidade educacional é um processo voluntário de ensino/aprendizagem através de instituições públicas, que são desenvolvidos através de programas sociais, ONGs (Organizações Não Governamentais), instituições religiosas e até mesmo por iniciativas privadas. Embora tenha se destacado nos espaços públicos, sua disseminação ainda pode ser ampliada para o bem-estar da sociedade. O educador social, como agente transformador, desempenha papel crucial na criação de ambientes de aprendizagem que incentivam a participação ativa e a construção de saberes coletivos, sendo fundamental para a promoção da cidadania e o desenvolvimento social.

Palavras-chaves: direito coletivo; educação profissionalizante; desenvolvimento social.

ABSTRACT

The objective of this work was to present the potential of non-formal education, its trajectory in Brazil, and the professional development of the Social Educator. The research was conducted through a qualitative bibliographic review, analyzing theoretical studies from books and academic articles from scientific databases. The results show that non-formal education is effective in promoting social inclusion and strengthening socio-emotional skills. The characteristics of non-formal education are also demonstrated, as well as the professional training of the social educator, the difficulties, and challenges faced by users in adopting this educational modality, related to non-formal institutions. This educational modality is a voluntary teaching/learning process through public institutions, developed through social programs, NGOs (Non-Governmental Organizations), religious institutions, and even private initiatives. Although it has stood out in public spaces, its dissemination can still be expanded for the well-being of society. The social educator, as a transformative agent, plays a crucial role in creating learning environments that encourage active participation and the construction of collective knowledge, being fundamental for the promotion of citizenship and social development.

Keywords: collective rights; vocational education; social development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS	9
2.1 Objetivo Geral	9
2.2 Objetivos Específicos	9
3 METODOLOGIA.....	10
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	11
4.1 Construções históricas da Educação Não Formal.....	12
4.2 Educação Não Formal na prática: Uma realidade permeada por desafios	14
4.2.1 <i>Os espaços da Educação Não Formal</i>	15
4.3 O Educador Social.....	16
4.4 Uma identidade em construção	17
4.4.1 <i>A formação profissional do Educador Social</i>	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

Para o desenvolvimento deste trabalho, são apresentados, primeiramente, uma contextualização das teorias que aludem as áreas da educação não formal, tais como, suas práticas no Brasil, destacando suas realidades e o desafios que citam essa prática, que objetivam a formação do pleno desenvolvimento humano e os estudos das questões sociais, as potencialidades que tornaram a educação não formal essencial para a construção dos indivíduos, complementando a educação curricular (Amarante, 1995).

Nos últimos anos, a educação não formal evoluiu na esfera educacional, especialmente com a expansão de um mundo interconectado. Diferentemente da educação curricular, a educação não formal, se caracteriza por ser uma aprendizagem estruturada, porém, ocorre fora de ambientes tradicionais, com abordagens amplas e com grandes variedades. O estudo busca entender como essas práticas educacionais podem complementar o sistema curricular, promovendo a inclusão e oportunizando grupos que, poderiam ser excluídos do processo educativo. A demanda por uma educação contínua se torna cada vez mais relevante, em um cenário onde novas formas de aprendizagem surgem para atender às necessidades de uma sociedade em constante evolução (Barreto, 2004).

Será abordado o papel do Educador Social, destacando sua importância nas profusas frentes de diligências como este vem construindo a sua identidade, destacando sua importância para sociedade e o seu reconhecimento enquanto profissional no tocante de sua trajetória. Destacando a interdependência para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, e a importância da educação não formal para que esse desenvolvimento seja contemplado positivamente, contribuindo para a inclusão social e valorização do ser humano. Por fim, foram destacados a relevância do profissional, Educador Social, tal como sua adequada formação e atribuições diante de uma sociedade excludente e desigual como a nossa, no intuito de buscar caminhos para que seja reconhecido seu papel na sociedade, como meio de transformação social, bem como seu reconhecimento e a sua valorização profissional (Freire, 1998).

Importante destaque é dado ao equilíbrio entre educação curricular e educação não formal para a construção de uma vida plena e para a criação de comunidades mais justas e solidárias (Gohn, 2010).

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho propõe uma análise crítica das práticas de educação não formal, elucidando suas contribuições para o desenvolvimento social e pessoal do ser humano, bem como suas interações com a educação formal. Pretende-se ainda discutir as potencialidades e os desafios dessa modalidade educativa, visando identificar suas principais contribuições para uma educação contemporânea.

2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos incluem contextualizar a educação não formal no Brasil, explorar seu papel no desenvolvimento humano e na construção da identidade, investigar a importância da Educação Social na promoção da inclusão, identificar os desafios e potencialidades dessa modalidade e avaliar sua contribuição para inclusão social e complementar da educação curricular.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, com o intuito de relacionar informações para a interpretação sobre a educação não formal, assim como, sua potencialidade e a construção de uma identidade do principal ator dessa educação, o Educador Social.

Para tanto, foram selecionadas fontes como artigos científicos, livros, periódicos, entre outras fontes. Os critérios de inclusão foram publicações com relevância acadêmica, de autoria de especialistas e publicadas nos últimos cinco anos. A análise das fontes foi realizada através de análise de conteúdo, permitindo identificar temas relacionados. Para tanto, foram realizadas leituras críticas das fontes, categorizando dados relevantes. “A etapa inicial de um processo de pesquisa visa realizar uma revisão da literatura existente sobre o tema de estudo, proporcionando um conhecimento prévio sobre o estado atual do assunto, independentemente do problema específico que se está investigando” (Fregoneze et al., 2014, p. 21).

Essa etapa foi essencial para identificar tendências e lacunas de conhecimento, que nortearam as etapas seguintes da pesquisa e a discussão dos resultados. Ao longo da construção da pesquisa, foram definidas as variáveis e atributos abordados e trabalhados no sentido de trazer informações eficazes da educação não formal, bem como, para o reconhecimento do profissional, do educador social, que ainda vem batalhando para que haja o seu reconhecimento.

Assim sendo, obteve-se uma visão ampliada dos conceitos trazidos por cada autor e as variáveis construções sociais que envolvem a educação não formal. Essa diversidade de perspectivas permitiu uma análise mais profunda das contribuições e limitações das teorias, possibilitando a identificação do diálogo entre os desafios e as demandas do contexto educacional atual.

A vista disso, a revisão literária evidenciou como diferentes contextos históricos, econômicos e culturais influenciam a implementação e a efetivação da educação não formal. Essa transformação nos olhares, acaba por reforçar a importância de uma análise crítica, que reflita a versatilidade desse modelo educacional frente aos desenvolvimentos sociais e as demandas de grupos específicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentadas as informações circunspectas acerca da educação social e o protagonista dessa modalidade de educação, o educador social. Visto que há uma quantidade significativa de estudos relacionados à educação não formal, investigando seus benefícios e limitações (Cortella, 2009).

Destaca-se que, as pesquisas evidenciam a educação não formal como um processo educacional eficaz para o reconhecimento social e pessoal do indivíduo. Ainda que haja desafios a serem sanados, a flexibilidade dessa modalidade de ensino/aprendizagem acaba despertando interesses, por ser idôneo na construção de cada indivíduo (Iriarte, 2009).

Os achados sugerem que a educação não formal desempenha um papel complementar à educação curricular, oportunizando aprendizagem que o sistema formal não proporciona. Ao comparar esses achados, é perceptível que a educação não formal tem uma função vital em preencher os lapsos deixados pela educação curricular, singularmente no que se refere à educação cidadã e ao desenvolvimento de habilidades práticas, isso robustece a necessidade de políticas públicas para a promoção de maior integração de diferentes modalidades de educação. A importância da educação não formal em contexto de inclusão social, destaca a necessidade de políticas para a promoção e a valorização do ensino (Gallo, 2007).

Os desafios identificados, como desigualdade no acesso e falta de reconhecimento, indicam áreas que precisam ser abordadas para maximizar o impacto positivo da educação não formal. O vasto campo de atuação e a variedade de conteúdos com a mesma finalidade visam viabilizar um estudo de maior expansão. O Educador Social emerge como uma figura fundamental nesse processo, mediando às experiências de aprendizado e superando os desafios enfrentados pelos usuários. A promoção e valorização da educação não formal são essenciais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e participativa, onde o aprendizado se estenda além das salas de aula, fortalecendo vínculos sociais e culturais (Brandão, 1999).

4.1 Construções históricas da Educação Não Formal

A Educação não formal se refere aos programas de educação social e pessoal, planejados para o desenvolvimento de aptidões e competências fora do âmbito curricular tradicional, ela é intencional e voluntária. Anteriormente conhecida como “educação popular”, referenciava-se da troca através de gestos, ritos, símbolos ou até mesmo, através de um simples olhar naturalmente trocado entre as pessoas daquela era. Os saberes eram transmitidos através da imitação e da observação. Comumente, observados pelos jovens a experiência adquirida dos mais velhos, permitindo assim, a sobrevivência e a evolução do ser humano (Brandão, 2007).

A educação popular chegou ao Brasil nos anos 60 (sessenta). Naquela época, a educação era entendida como educação de adultos, buscando reconstituir os educandos “tardios”. Em 1963, Paulo Freire aplicou um método de alfabetização de adultos com conteúdo de conscientização. Já em 1964, o então presidente do Brasil, João Goulart, instituiu um Programa considerado muito ávido, onde a meta era alfabetizar cerca de cinco milhões de adultos, e conseqüentemente evoluir até que exterminasse o analfabetismo no país. Para este, foram criados mais de vinte mil círculos de cultura, distribuídos por todo o país.

Os frequentadores desses círculos se desenvolviam tornando-se politicamente ativos, buscando espaços sociais e democráticos e desfrutavam de diferentes formas de sociabilidade. Para Freire, as palavras a serem trabalhadas em sala de aula não devem ser inócuas, como as encontradas nas cartilhas da época. Ele explica a questão da seguinte forma:

Verdadeiramente, só uma paciência muito grande é capaz de suportar, depois das dificuldades de uma jornada de trabalho, as lições que citam a asa: “Pedro viu a asa”; “a asa é do pássaro”; ou as que falam de “Eva e as uvas” a homens que, com frequência, sabem pouquíssimo sobre Eva e jamais comeram uva. (Freire, 2006, p.47).

Para Freire, palavras não são apenas palavras, elas têm vida, têm dor, suor e fome. As palavras são como desafios existenciais e não representam apenas uma decomposição silábica ou derivada de outra palavra. O processo educativo e a tomada de consciência não podem ser desvinculados, elas devem jornadaear (Freire, 1967).

A divisão social do saber se deu quando algumas instituições e educadores passaram a ter a “propriedade do saber”. O conhecimento que antes se dava a partir da sabedoria dos mais velhos transmitidas às futuras gerações, foram se desagregando do coletivo. O que era

comum a uma comunidade, passou a ser privilegiado por grupos específicos, que transformou em saber onisciente (Brandão, 1985).

Com o passar do tempo, a “educação popular” ficou difundida como ensino público. A educação passou a ser democratizada, com ênfase na alfabetização massiva, tradicionalizando o ensino para toda a população. A educação popular, tinha como intuito a formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, para que não houvesse o questionamento da desigualdade social (Bey, 1991).

Os anos noventa trouxeram grandes transformações de destaque na educação não formal, relacionadas às mudanças nas esferas sociais e econômicas, associadas ao mundo corporativo. Com a valorização dos processos de aprendizagens em grupos, dando ênfase às diferentes culturas e seus respectivos valores, que articulam as ações de cada indivíduo. Deu-se destaque a uma nova cultura organizacional que, em habitual, exige aprendizagem de habilidades extra escolares. Entretanto, as mudanças econômicas e os apelos da mídia importante na disseminação de informações e para a formação de diferentes opiniões, são ferramentas poderosas para a educação não formal ganhar destaque. A educação não formal começa a “nascer”, não a ação da educação, mas como área conceitual e a ganhar espaço e formação (Gohn, 2010).

É importante destacar, que hoje já existe uma “aceitação”, por pesquisadores e estudiosos da nomenclatura “educação não formal” e das ações, assim como as propostas presentes neste campo. Os livros e os textos ponderados nos mostram que, há um bom processo de aceitação, mas em alguns aspectos, ele é bastante indolente, nobrece de clareza sobre a relação da educação não formal com outras diversas áreas do conhecimento (Trilla, 1996).

A vulnerabilidade social traz consigo limitações físicas e um lento desenvolvimento cognitivo, dificultando a evolução psico intelectual do educando. Em contrapartida, educandos das classes abastadas, dispõem de recursos favoráveis a um bom desempenho escolar, estabilidade financeira, nutrição adequada, saúde qualificada e adentram em instituições bem estruturadas (Oliveira, 2001).

A prática educacional não formal contribui muito na formação do sujeito, através de abordagens psicossociais, desenvolvimentos de práticas sociais e habilidades cognitivas, coadunando com a ética e a empatia, garantindo-lhes benefícios inerentes à vida em sociedade. Contudo, a educação não formal, embora com diferentes práticas, está diretamente ligada à educação curricular, são dependentes entre si, ainda que com distintas abordagens (Gohn, 2005).

4.2 Educação Não Formal na prática: uma realidade permeada por desafios

A educação não formal é uma forma de aprendizagem que ocorre fora do sistema educacional curricular, como escolas e universidades, e inclui atividades desenvolvidas em instituições comunitárias, culturais, ambientes esportivos e outros contextos sociais. Embora seja uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento pessoal e social, ela enfrenta diversos desafios em sua prática. Dentre esses desafios encontrados, podemos destacar o seu reconhecimento e a sua validação, cujas habilidades e conhecimentos adquiridos através da educação não formal, não são reconhecidos formalmente, o que pode dificultar a inserção no mercado de trabalho ou o avanço em carreiras acadêmicas (Gohn, 2010).

A educação não formal principia dos interesses comuns do resgate da cidadania da comunidade. Essa modalidade de educação complementa e auxilia no processo dos demais campos educacionais. Gohn ressalta que:

Outra forma para descrever a educação não formal, com abordagem na mesma linha da educação social, são as propostas que a caracteriza como sinônimo de práticas educacionais desenvolvidas junto à comunidade composta por populações de vulnerabilidade social ou algum tipo de exclusão social (Gohn, 2010, p.26).

Assim sendo, sempre haverá uma troca de experiências e culturas entre as modalidades de educação, essas ações fortalecem de variadas formas de aprendizagem promovendo uma conexão entre cultura e educação, propiciando a inclusão social (Gohn, 2010).

Outro ponto importante a ser destacado, são os recursos e financiamentos insuficientes, que frequentemente enfrentam limitações financeiras, o que pode comprometer a qualidade das atividades oferecidas. A captação de recursos é um desafio constante. (Gohn, 2010).

A formação insuficiente dos profissionais que estão na linha de frente, é outro desafio. Os facilitadores da educação não formal muitas vezes não recebem a formação adequada para lidar com diferentes grupos e necessidades, o que pode impactar na eficácia dos programas. E a extensa complexidade de situações, que visa trabalhar com populações em situações de alta vulnerabilidade e demanda abordagens multifacetadas e interdisciplinares (Gadotti, 2007).

A falta de engajamento e participação, também é um desafio, pois a motivação dos participantes pode ser excitante, em contextos onde as atividades competem com outras responsabilidades, como a jornada de trabalho e o comprometimento com a família, sem

destacar a diversidade do público-alvo. A educação não formal atende a uma ampla faixa etária, diversidades culturais e necessidades especiais, o que exige abordagens diferenciadas, adaptativas e heterogêneas (Dussel, 2000).

Existem iniciativas as quais podemos denominar como bem-sucedidas, a exemplo disso, podemos destacar o projeto "Criança Esperança", que financia projetos sociais, e programas locais de ONGs que atuam em áreas específicas de vulnerabilidade. Dentre outras mais, que se destacam no país (Tenório, 1999).

Avaliar o impacto da educação não formal pode ser complexo, pois os resultados nem sempre são quantificáveis ou imediatos. Mas apesar desses desafios, a educação não formal desempenha um papel substancial na formação do ser humano, promovendo a inclusão social, cidadania ativa e desenvolvimento de diversas competências (Freire, 1996).

Para superar esses obstáculos, é essencial fomentar parcerias, investir em capacitações e buscar reconhecimentos institucionais para as práticas e resultados alcançados. (Charlot, 2000).

4.2.1 Os espaços da Educação Não Formal

Os espaços de educação não formal proporcionam aprendizados e uma vasta experiência que viabiliza a troca de informações importantes entre a sociedade civil e que complementam a educação curricular. As práticas sociais vêm somando forças nos orbes públicos com os formatos inovadores das instituições participantes, através dos conhecimentos transferidos entre si, que normalmente são aplicados nas práticas do dia a dia dos educandos, através dos educadores. Essa troca de valores e experiências tem permitido consolidar significativas contextualizações de conexões que se estabelecem para uma educação inovadora e complementar (Demo, 1996).

Há um vasto campo de atuação para a educação não formal, que contempla projetos emancipatórios, não excludentes, que transmitem aprendizagens e troca de saberes entre os participantes dessa modalidade de ensino/aprendizagem. Esse espaço tem se inovado cada vez mais para garantir o comprometimento com a transmissão de valores e informações que, consolidam assim, cidadãos participativos, éticos e com responsabilidades, garantindo-lhes um futuro mais promissor, tanto com seu crescimento individual, quanto com os do seu próximo (Gadotti, 2005).

As instituições desenvolvem técnicas e habilidades experimentais, envolvendo os participantes através da prática, compartilhando entre si, projetos colaborativos, com métodos

interativos, que tornam as práticas mais atrativas. Esses métodos são desenvolvidos para atender interesses específicos dos participantes, impulsionando o engajamento e consequentemente a produtividade (Makarenko, 2005).

São inúmeras as atividades a serem desenvolvidas, como por exemplo, os eventos culturais, que vem ganhando espaço na sociedade, cursos e palestras, atividades culturais que envolve toda a sociedade civil, que vem ganhando destaque para a valorização de uma sociedade mais justa e equitativa (Illich, 1985).

Os direitos humanos garantem, que essa modalidade de educação desempenhe proteção e promoção dos princípios fundamentais da dignidade, igualdade e respeito, pois todos devem ter acesso à educação não formal independentemente de raça, gênero, status socioeconômico, orientação sexual, faixa etária ou qualquer outra característica, viabilizando assim, a acessibilidade e a inclusão social.

Esses espaços exercem incumbências essenciais para o desenvolvimento global do ser humano, contribuindo para uma estruturação cidadã mais consciente, tornando-os mais preparados para os enfrentamentos dos desafios sociais (Freire, 1967).

4.3 O Educador Social

O surgimento do profissional Educador Social, se dá logo após a Segunda Guerra Mundial a partir da necessidade de ingerências sociais para o enfrentamento das problemáticas as quais crianças e adolescentes enfrentam com a perda de seus familiares. De acordo com Cunha, “estes sujeitos (crianças e jovens ‘sem família’) necessitavam readaptar-se a essa nova condição, o que poderia ocorrer mediante uma assistência educativa” (Cunha, 2011, p.6).

O Educador Social é o profissional que busca garantir os direitos, a atenção e a proteção de pessoas em precariedade, situação de risco ou excluídas. Esse profissional tem como atribuição, planejar e ministrar atividades, realizar oficinas, orientar e identificar grupos em vulnerabilidade social, coordenar atividades pedagógicas, além de acompanhar toda a evolução de seus educandos. É um profissional independente de outras áreas ligadas à educação, necessita possuir uma comunicação hábil, conhecimentos básicos de direitos humanos, uma capacidade de escuta ativa, competência para administrar resolução de conflitos, além de possuir conhecimentos pedagógicos e educativos (Calligaris, 2000).

O Educador Social tem como foco estimular e valorizar as singularidades sociais e culturais de forma educativa e formativa. Seu trabalho visa ampliar a formação em diversas áreas da vida, indo além do currículo formal de uma instituição educacional. A função central

desse profissional é promover a educação, a cultura e o acesso aos direitos humanos de cidadãos marginalizados (Pacheco, 2013). Para Pereira:

O exercício da profissão de educadora social não se apoia no desejo caritativo, nem mesmo no dom ou no sentimento de misericórdia para que as pessoas desvalidas, miseráveis, usurpadas em seus direitos, mas na formação orgânica que luta para transformar as condições opressoras dessas pessoas. (Pereira, 2015, p.95).

Insta relatar que, este profissional tem o domínio de promover culturas locais e legitimação de causas sociais, afinal, o educador está comprometido com a sociedade e deve buscar articular os interesses dos grupos de acordo com contextos históricos, políticos e com o poder público e privado (Virilio, 1993).

É importante que esse profissional, além da formação adequada, possua uma postura acolhedora, respeitosa e empática, buscando a valorização de diferentes culturas considerando as diversas experiências e os diferentes saberes dos sujeitos com quem vai trabalhar (Frei, 2020).

Um dos aspectos mais impactantes do trabalho do Educador Social é a capacidade de empoderar pessoas, contribuindo com o processo de autoconhecimento e valorização de suas potencialidades. Além disso, esse profissional não apenas transmite conhecimento, mas também inspira mudanças estruturais e comportamentais. Além de ser um profissional que está sempre em defesa dos direitos de indivíduos em vulnerabilidade, ele também é o ser transformador essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, enfrentando desafios com criatividade e resiliência para a promoção de mudanças significativas na vida do próximo (Pereira, 2016).

4.4 Uma identidade em construção

O caminho para a construção de uma identidade profissional do Educador Social, é longo e árduo, muitas vezes confundido com trabalho voluntário. Embora os projetos sociais existam há muitos anos, não eram denominados os atores envolvidos nos mesmos, bem como sua formação profissional e suas atribuições específicas (TRILLA, 2003).

Para que possamos ter um real entendimento do papel desempenhado por esse profissional, o Educador Social, se faz necessário identificar os distintos ambientes e variáveis sociais que requerem a indigência desse ator, tão essencial para sociedade historicamente marcada por uma política supressiva e conflitante (Cunha, 2011).

De acordo com Garrido (2011), o trabalho do Educador Social é vasto e envolve diversas áreas do conhecimento, sem que necessite de uma formação específica. Este profissional pode operar diferentes intervenções de ações sociais e ações pedagógicas, assim como, orientações e aconselhamentos, sem que tenha legalidade reconhecida e consequentemente, tendo seus direitos privados, enquanto profissional. O autor afirma quando diz: “A Educação Social se caracteriza pela função do trabalho voltado aos diferentes espaços sociais principalmente destinados à inclusão dos grupos em desvantagem na sociedade” (Garrido, 2011, p.23).

Em 2009, o Brasil incluiu o Educador Social na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) do Ministério do Trabalho. Em 2017, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou a regulamentação dessa atividade, definindo que o Educador Social deve atuar como mediador em casos de violência, exploração e questões de direitos e deveres, promovendo justiça e inclusão. Suas ações socioeducativas ocorrem dentro ou fora de ambientes escolares e envolvem práticas comunitárias e sociais, integradas a políticas públicas em diferentes esferas governamentais (Silva, 2009).

É essencial que o profissional ator da Educação Social, se resigne de sensibilidade para se adentrar na cultura local, no sentido de construir vínculos e se predispor da ética profissional no desenvolvimento de suas habilidades socioeducacionais, visando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas para o cumprimento de suas práticas (Amarante, 1995).

O Educador Social, vem construindo sua identidade profissional ponderando suas experiências como indeclinável na formação social do ser humano, contribuindo para o desenvolvimento cidadão, promovendo uma democracia autônoma e fazendo um trabalho de conscientização do indivíduo, quanto a sua realidade social. Garantindo-lhes direitos e instruindo-lhes sobre os deveres enquanto cidadão (Deleuze, 2005).

É importante destacar que, para que este profissional esteja integralmente assegurado quanto ao seu reconhecimento, se faz necessário aprovações de políticas públicas, que ainda se encontram em desdobramento (Rolnik, 1993).

4.4.1 A formação profissional do Educador Social

O percurso para a formação mister do Educador Social tem sido um processo contínuo, desde que o Projeto de Lei nº 2.941-A, de 2019, de sua categoria profissional foi

decretado pelo Congresso Nacional. Sua formação abrange conhecimentos multifacetados, com capacitações contínuas e desenvolvimentos de habilidades multifuncionais (Aleixo, 2016).

A base de sua formação se dá pela graduação, que antes mesmo que houvesse o reconhecimento da profissão, poderiam ser atores da educação social, indivíduos com formação em serviço social, pedagogia, psicologia, sociologia, ciências sociais ou áreas correlatas, que lhes garantiam uma formação baseada na construção do indivíduo (Demo, 2012).

Atualmente, com os avanços do reconhecimento da categoria profissional, já existe uma graduação específica na área, a Educação Social, que tem por finalidade, formar profissionais da educação não formal, garantindo-lhes, uma formação essencial para o desempenho do seu exercício baseado na ética profissional (Pereira, 2017).

Para que esta formação seja condizente com o exercício profissional de suas práticas, são atribuídas disciplinas relevantes e não limitantes quanto às suas metodologias. As teorias e as práticas de pesquisas em direitos humanos, em políticas sociais e consequentemente a gestão de projetos (Foracchi, 2018).

Para que esse profissional esteja em constante evolução quanto às normas e práticas de suas atribuições, é necessário um contínuo aperfeiçoamento e qualificação na profissão, especializando-se em áreas análogas, desenvolvendo habilidades e competências em planejamento, organização e conhecimentos técnicos. “Estar sempre atualizado, construir uma rede de contatos, participar de seminários e conferências, que contribuem para ampliar a formação desse profissional” (Silva, 2009).

É essencial que esse profissional use da ética da sua profissão para que haja respeito nas suas práticas e que os direitos humanos sejam garantidos. A capacidade de refletir criticamente sobre suas práticas, buscar o aprimoramento e reconhecer as suas limitações, colocando em prática a justiça social e garantindo o comprometimento e a confidencialidade no uso de suas atribuições para com o próximo (Oliveira, 2001).

A formação desse educador, se dá de forma contínua multifacetada, que contribuem na administração das teorias e práticas, destacando suas habilidades e no desenvolvimento de competências essenciais para lidar com os desafios e promoção de mudanças significativas no meio social (Bauman, 2005).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver uma educação para a liberdade democrática, cidadania, inclusão social e igualdade é fundamental. Cabe destacar que, a educação é o desdobramento do conhecimento relacionado a experiências e nesse aspecto, os espaços não formais contribuem para além do conhecimento, dando qualidade a socialização, destacando as habilidades, ampliando as interações do mundo o qual está inserido. Observar-se que estes espaços são recursos úteis para a aprendizagem do educando, além de proporcionar uma vivência socioeducativa.

Educação Social é uma terminologia contemporânea para a sociedade, assim como a nomenclatura do ator principal dessa prática, o Educador Social. Aos poucos, tanto a educação não formal, quanto o Educador Social, vem conquistando seu espaço em territórios sócio político pedagógicos, como referência essencial na construção da vida humana, desempenhando um importante papel na sociedade e desenvolvendo suas potenciais condutas. O profissional em destaque se define como tal, quando lidera uma educação de cunho social e por meio de atividades transformadoras não formais.

Para o bom entendimento das atividades desenvolvidas por este profissional, se faz necessário a compreensão dos múltiplos campos de atuação e dos difusos processos de envolvimento dos sujeitos inseridos nesse contexto de educação. A identidade do Educador Social é apontada por suas especificidades e competências. Contudo, para que as atribuições sejam desenvolvidas de maneira íntegra e ética, se faz necessário entender os campos de atuação e cada abordagem proferida por este profissional.

Em potencial, observa-se que, com o transcorrer dos ciclos tem havido um progresso significativo no que diz respeito ao reconhecimento profissional do Educador Social, inerente à construção do sujeito, mesmo que em passos curtos.

Em suma, historicamente, a educação não formal tem transformado vidas e conseqüentemente, os espaços e instituições têm se integrado cada vez mais para que essas transformações sejam cada vez mais eficazes na vida dos seres humanos. A somatização das forças em prol de um objetivo mútuo, tem mostrado a qualidade e o comprometimento das pessoas em assumirem seus espaços na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALEIXO, J. M. **Centro de convivência e atenção psicossocial**: invenção e produção de encontros no território da diversidade. – UEP. São Paulo, 2016.
- AMARANTE, P. New Subjects; New Rights: The Debate About the Psychiatric in Brazil. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 11 (3): 491-494, Jul/Sep, 1995.
- BARRETO, V. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte e ciência, 2004.
- BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BEY, H. **Zona autônoma temporária**. São Paulo: Conrad, 1991.
- BRANDÃO, C. **Educação e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1999.
- BRANDÃO, C. **Subjetividade**. Red. PSI, 11 fev. 2007.
- BRANDÃO, C. **A educação como cultura**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publi. folhas, 2000.
- CHARLOT, B. **Da relação com o saber** - Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.
- CORTELLA, M. S. **A escola e o futuro**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- CUNHA, R. C. **O educador social e espaços nas políticas públicas**. Revista espaço de diálogo e desconexão. São Paulo, 2011.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DEMO, P. **Metodologias do Conhecimento Científico**. Editora: Saraiva; São Paulo, 2012.
- DEMO, P. **Princípio científico e educativo**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- DUSSEL, E. **Responsabilidade e educação**. São Paulo, 2000.
- FERNANDES, T. V. PEREIRA, & SANTOS, **Avaliar para aprender em Portugal e no Brasil**: Perspectivas teóricas, práticas e de desenvolvimento (pp.139-164). Curitiba, 2019.
- FORACCHI, M. **A juventude na cidade moderna**. São Paulo, 2018.
- FREGONEZI, G. B. **Livro metodologia científica**: Educação. Editora Unopar; janeiro de 2014.

FREI, A.E. **Todo educador é social**: territórios e práticas pedagógicas. Editora Intersaberes. São Paulo, 2020.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**: uma mentalidade democrática. Rio de Janeiro, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e Terra, São Paulo, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática da educação. 22. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GALLO, S. **Filosofia da educação no Brasil do século XX**: Da crítica ao conceito. São Paulo, 2007.

GARRIDO, S. **As dimensões constitutivas da pedagogia como campo de conhecimento**. Educação em foco. São Paulo, 2011.

GADOTTI, M. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo, 2005.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. Vozes. Petrópolis, 2007.

GOHN, M.A. **Educação não formal**: conceitos e práticas. Belo Horizonte, 2010.

ILLICH, I. **Sociedade sem escolas**. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

IRIARTE, J. C. **Educação não formal**: uma abordagem crítica. Autêntica. Belo Horizonte, 2009.

MAKARENKO, A. **Poema Pedagógico**. São Paulo: Ed. 34 (coleção Leste), 2005.

OLIVEIRA, M. L. **Educação não formal: conceitos, práticas e desafios**. Appris. São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, M. L. **O acolhimento do desejo na educação: um desafio para educadores**. São Paulo, 2001.

PACHECO, J. **Aprender em comunidade**. São Paulo, 2013.

PAIVA, J. **Educação não formal: Um enfoque social**. Summers. São Paulo, 2004.

PEREIRA, G. **A educação não formal**. Porto Alegre, 2017.

PEREIRA, G. **Breve histórico da exploração do trabalho infanto-juvenil**. Porto Alegre, 2015.

PEREIRA, G. **Educação social**. Porto Alegre, 2016.

ROLNIK, S. **Pensamento, corpo e devir** - Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. Cadernos de Subjetividade, v.1 n.2: 241-251. Programa de Estudos Pós-Graduados de Psicologia Clínica, PUC/SP. São Paulo, set. /fev. 1993.

ROMANS, M. P.A.; TRILLA, J. **Profissão educador social**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2003. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FUMEC, 2005.

SILVA, G. H. **Educador social: uma identidade a caminho da profissionalização?** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.35, n.3, p. 479-493, 2009.

TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local**. Revista de administração pública 33 (5), 85 a 102-85 a 102. 249, São Paulo, 1999.

TRILLA, J. **A pedagogia da felicidade**. Porto Alegre, 1996.

TRILLA, J.; ROMANS, M.; PETRUS, A. **Profissão: Educador Social**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VIRILIO, P. **Pedagogia: a inércia polar**. Lisboa, 1993.

